

ÍNDICE

Parte 1 DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo 1 — CONSTITUIÇÃO	1
1. Conceito	1
2. Constituição: suas classificações	3
2.1. Quanto à origem	3
2.2. Quanto à mutabilidade	4
2.3. Quanto à forma	5
2.4. Quanto ao conteúdo	5
2.5. Quanto à sistemática	6
2.6. Quanto à ideologia	7
3. Elementos da Constituição	7
4. O Poder Constituinte	8
4.1. Introdução	8
4.2. A titularidade do Poder Constituinte	9
4.3. As características do Poder Constituinte	9
4.4. O Poder Constituinte Derivado	10
4.5. O Poder Constituinte Decorrente	13
4.5.1. Princípio da simetria	14
5. A recepção, a repristinação e a desconstitucionalização no direito constitucional	16
5.1. A recepção	16
5.2. A repristinação	17
5.3. A desconstitucionalização	18
6. A eficácia das normas constitucionais	18
6.1. A classificação de José Afonso da Silva	19
6.2. A classificação de Celso Ribeiro Bastos	22
6.3. A classificação de Maria Helena Diniz	23
7. O controle de constitucionalidade dos atos normativos	24
7.1. Introdução	24
	V

7.2. O controle preventivo	26
7.3. O controle repressivo	28
7.3.1. A via difusa	28
7.3.2. O controle concentrado	32
7.3.2.1. Ação direta de inconstitucionalidade — ADIn ..	37
7.3.2.2. Ação declaratória de constitucionalidade	52
7.3.2.3. Arguição de descumprimento de preceito fun-	
damental	54
7.3.2.3.1. A inconstitucionalidade da argüi-	
ção incidental	55
7.3.2.3.2. Preceito fundamental	56
7.3.2.3.3. A subsidiariedade	57
7.3.2.3.4. O processo e o julgamento	57
7.4. O controle constitucional da omissão	59
7.5. O controle de constitucionalidade de âmbito estadual	64
8. Os princípios constitucionais	66
9. A interpretação constitucional	70
9.1. Hermenêutica e interpretação: especificação terminológica	70
9.2. Interpretação: conceito	71
9.3. Interpretação: classificações	73
9.4. Alguns métodos de interpretação constitucional	78
9.4.1. Métodos de interpretação constitucional	79
9.4.1.1. O método jurídico	79
9.4.1.2. O método tópico	80
9.4.1.3. O método hermenêutico-concretizador	81
9.4.2. Os princípios de interpretação constitucional	83
9.4.2.1. O princípio da supremacia da Constituição ...	83
9.4.2.2. O princípio da força normativa da Constituição	85
9.4.2.3. O princípio da unidade da Constituição	85
9.4.2.4. O princípio do efeito integrador	86
9.4.2.5. O princípio da concordância prática, da harmo-	
nização ou da cedência recíproca	86
9.4.2.6. O princípio da máxima efetividade	87
9.4.2.7. O princípio da correção funcional	88
9.4.2.8. O princípio da coloquialidade	88
9.4.2.9. O princípio da interpretação intrínseca	89
9.4.2.10. O princípio da proporcionalidade	89

10. Breve histórico das Constituições brasileiras	90
10.1. A Constituição Política do Império do Brasil	90
10.2. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	91
10.3. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	92
10.4. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937	93
10.5. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946	94
10.6. A Constituição de 1967	95

Parte 2

A ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO E SEU PREÂMBULO

Capítulo 1 — A ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO	97
1. A organização da Constituição	97

Parte 3

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Capítulo 1 — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	99
1. Estado democrático social de direito	99
2. Fundamentos do Estado brasileiro	101
3. O princípio republicano	102
4. O princípio da separação de poderes	103
5. Os objetivos fundamentais da República	104
6. As relações internacionais	104
6.1. Os princípios regentes das relações internacionais	105

Parte 4

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo 1 — DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	107
---	-----

1. Conceitos básicos	107
1.1 Opção terminológica	107
1.2. Direitos e garantias	109
1.3. Direitos Fundamentais: conceito e classificações	110
1.3.1. O enfoque contetudístico	112
1.3.2. O enfoque jurídico positivo	114
1.3.3. O enfoque evolutivo cumulativo	115
1.4. Características intrínsecas dos Direitos Fundamentais	118
1.5. Características extrínsecas dos Direitos Fundamentais	126
1.6. Direitos Fundamentais dispersos na Constituição	126
1.7. Destinatários dos direitos fundamentais	127
1.8. As garantias institucionais	128
1.9. Divisão dos direitos e garantias fundamentais no texto cons- titucional	128
1.10. Direitos fundamentais e tratados internacionais: noções in- dutórias	129
1.11. A violação a direitos humanos e o incidente de desloca- mento de foro	130
2. Os direitos individuais e coletivos	131
2.1. Princípio da isonomia	131
2.1.1. A discriminação positiva	134
2.2. Princípio da legalidade	134
2.2.1. O princípio da estrita legalidade	135
2.2.2. O princípio da reserva legal	136
2.3. Direito à vida	139
2.4. Proibição da tortura	139
2.5. Direito de opinião	140
2.5.1. Direito de escusa de consciência	141
2.6. Liberdade de crença religiosa	142
2.7. Direito de expressão	143
2.8. Direito de informação	144
2.9. Direito de antena	145
2.10. Direito de informação jornalística	146
2.11. Direito de resposta	148
2.12. Direito de informação pública	150
2.13. Direito de intimidade e direito de privacidade	151
2.13.1. Sigilo bancário e fiscal	152
2.14. Direito à honra	154
2.15. Direito à imagem	155
2.16. Inviolabilidade de domicílio	156

2.17. Inviolabilidade das comunicações	158
2.18. Liberdade de profissão	162
2.19. Direito de locomoção	162
2.20. Direito de reunião	164
2.21. Direito de associação	166
2.22. Direito de propriedade	168
2.22.1. Propriedade pública	169
2.22.2. Propriedade privada	169
2.22.3. Propriedade rural	171
2.22.4. Bem de família	171
2.22.5. A usucapião constitucional	171
2.22.6. A usucapião especial coletiva	172
2.22.7. Propriedade intelectual	174
2.23. Defesa do consumidor	175
2.24. Direito de petição	176
2.25. Direito de certidão	177
2.26. Princípio da inafastabilidade da jurisdição	178
2.27. Limites à retroatividade da lei	180
2.28. Princípio do juiz natural	182
2.29. Princípio do devido processo legal	183
2.30. Princípio da presunção de inocência	185
2.31. Pressupostos constitucionais para a privação da liberdade	185
2.32. A garantia constitucional do júri	187
2.33. Princípio da não-extradicação	187
2.34. Proibição da prisão civil	189
3. Remédios constitucionais	191
3.1. Mandado de segurança	191
3.1.1. Procedimento do mandado de segurança	197
3.2. Mandado de segurança coletivo	198
3.3. <i>Habeas corpus</i>	201
3.4. Mandado de injunção	203
3.5. <i>Habeas data</i>	207
3.6. Ação popular	211
4. Direitos fundamentais, tratados internacionais e forma de incorporação	214
 Capítulo 2 — DIREITOS SOCIAIS	 218
1. Introdução	218
2. Direitos sociais individuais	219

3. Direitos sociais coletivos	224
3.1. A liberdade de associação profissional ou sindical	224
3.2. Direito de greve	225
3.3. Direito de representação	227
Capítulo 3 — NACIONALIDADE	228
1. Nacionalidade	228
2. A nacionalidade originária	229
2.1. A nacionalidade originária na Constituição Federal	230
3. Nacionalidade adquirida	235
3.1. A nacionalidade adquirida na Constituição Federal	235
3.2. O português equiparado	238
4. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	239
5. A perda da nacionalidade brasileira	239
Capítulo 4 — DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍ- TICOS	240
1. Direitos políticos	240
2. Direito de sufrágio	240
2.1. Natureza e conceito	240
2.2. Plebiscito, referendo e iniciativa popular	241
2.3. Características	242
2.4. Direito de votar	243
2.5. Direito de ser votado	243
3. As inelegibilidades	244
3.1. As inelegibilidades absolutas	245
3.2. As inelegibilidades relativas	246
3.2.1. A inelegibilidade garantidora da alternância do poder, também denominada inelegibilidade fun- cional	246
3.2.2. A inelegibilidade por parentesco ou reflexa	247
3.2.3. Inelegibilidade — hipóteses complementares	249
4. Sistemas eleitorais	249
5. Perda e suspensão dos direitos políticos	252
6. O princípio da anualidade	253
7. Partidos políticos	255

Parte 5

DIVISÃO ESPACIAL DO PODER

Capítulo 1 — TEORIA GERAL	257
1. Introdução	257
2. As formas de Estado	258
2.1. Estado Unitário	258
2.2. Estado Federal	259
2.2.1. Repartição constitucional de competências e rendas	261
2.2.2. Possibilidade de auto-organização por uma Constituição própria	264
2.2.3. Rigidez constitucional	265
2.2.4. Indissolubilidade do vínculo	265
2.2.5. Participação da vontade das ordens parciais na elaboração da norma geral	266
2.2.6. Existência de um tribunal constitucional	267
2.2.7. Intervenção federal nos Estados	268
 Capítulo 2 — O FEDERALISMO BRASILEIRO	 269
1. Introdução	269
2. Requisitos caracterizadores do Estado Federal aplicados ao direito constitucional positivo brasileiro	271
2.1. Repartição constitucional de competências	271
2.2. Repartição constitucional de rendas	278
2.3. Constituições Estaduais	278
2.4. Rigidez constitucional	279
2.5. Indissolubilidade do pacto federativo	279
2.6. Representação pelo Senado Federal	279
2.7. O Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição	280
2.8. Intervenção federal nos Estados-membros	280
 Capítulo 3 — A UNIÃO FEDERAL	 281
1. Perfil constitucional	281
2. Bens da União	281
2.1. Terras devolutas	282

2.2. Mar territorial	283
2.3. Plataforma continental e zona econômica exclusiva	283
2.4. Terrenos de marinha	284
3. Competências da União	285
 Capítulo 4 — OS ESTADOS FEDERADOS	288
1. Autonomia	288
1.1. Capacidade de auto-organização	288
1.2. Capacidade de autogoverno	290
1.3. Capacidade de auto-administração	290
1.4. Capacidade legislativa	291
2. Bens dos Estados-membros	293
3. Criação de Estados-membros	293
4. O Poder Executivo	294
5. O Poder Legislativo	294
6. O Poder Judiciário	295
7. Regiões metropolitanas	296
 Capítulo 5 — OS MUNICÍPIOS	297
1. Natureza jurídica	297
2. A criação dos Municípios	297
3. A auto-organização	298
4. Competências	303
5. A fiscalização financeira do Município	303
 Capítulo 6 — O DISTRITO FEDERAL E OS TERRITÓRIOS	305
1. Distrito Federal	305
2. Territórios	306
 Capítulo 7 — INTERVENÇÃO	307
1. Intervenção federal	307
2. Intervenção estadual	311

Parte 6

DIVISÃO ORGÂNICA DO PODER

Capítulo 1 — TEORIA GERAL	313
1. As funções do Estado	313
2. A independência e a harmonia entre os Poderes	314
3. Funções típicas e atípicas	317
 Capítulo 2 — REGIMES DE GOVERNO	 319
1. Formas de governo	319
2. Parlamentarismo	319
3. Presidencialismo	320
 Capítulo 3 — O PODER EXECUTIVO	 322
1. Chefia de Estado e chefia de governo	322
2. Funções do Poder Executivo	322
3. O Presidente da República	325
4. O Vice-Presidente	325
5. Os Ministros de Estado	326
6. Conselho da República	327
7. Conselho de Defesa Nacional	327
 Capítulo 4 — A RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DE OUTRAS AUTORIDADES FEDERAIS (A INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA)	 328
1. Introdução	328
2. Conceito	328
3. Crimes de responsabilidade	329
4. As autoridades passíveis de <i>impeachment</i>	329
5. Os crimes comuns do Presidente da República	330
5.1. A imunidade penal temporária	331
 Capítulo 5 — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 332
1. Introdução	332

2. Princípios constitucionais da Administração Pública	332
2.1. Princípio da legalidade	332
2.2. Princípio da moralidade	334
2.3. Princípio da impessoalidade	337
2.4. Princípio da publicidade	339
2.5. Princípio da eficiência	340
2.6. Princípios constitucionais implícitos	341
3. Agentes e cargos públicos	342
3.1. Igual acessibilidade aos cargos públicos	342
3.2. Contratos de gestão	345
3.3. Associação sindical	346
3.4. Direito de greve	346
3.5. Pessoas com deficiência	347
3.6. Improbidade	348
4. Servidores públicos	348
5. Militares	349
 Capítulo 6 — O PODER LEGISLATIVO	351
1. Estrutura	351
1.1. Câmara dos Deputados	351
1.2. Senado Federal	352
1.3. Mesas Diretoras	352
1.4. Comissões parlamentares	353
2. Funcionamento	355
3. Garantias parlamentares	358
4. Processo legislativo ordinário	361
4.1. Iniciativa	362
4.2. Discussão	365
4.3. Deliberação	365
4.4. Sanção ou veto	367
4.5. Promulgação	368
4.6. Publicação	368
5. As espécies normativas	369
5.1. Emenda constitucional	369
5.2. Lei complementar	370
5.3. Lei ordinária	371
5.4. Medida provisória	371

5.5. Lei delegada	374
5.6. Decreto legislativo	376
5.7. Resolução	377
6. A função fiscalizatória	378
 Capítulo 7 — O PODER JUDICIÁRIO	381
1. Jurisdição	381
2. Estatuto da Magistratura	382
3. Garantias	383
3.1. Vedações	387
4. Órgãos do Poder Judiciário	387
4.1. Conselho Nacional de Justiça	389
4.2. Supremo Tribunal Federal	391
4.2.1. Súmulas vinculantes	393
4.3. Superior Tribunal de Justiça	394
4.4. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	396
4.5. Tribunais e juízes dos Estados	398
4.5.1. Varas agrárias	398
4.6. Tribunais e juízes do trabalho	399
4.7. Tribunais e juízes eleitorais	401
4.8. Tribunais e juízes militares	402
5. Precatórios judiciais	402
 Capítulo 8 — O PERFIL CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	408
1. Termo	408
2. Origens históricas	408
3. O Ministério Público na Constituição de 1988	409
3.1. O Ministério Público de Contas	410
3.2. Princípios institucionais	411
3.3. Autonomia	413
3.4. Garantias e vedações	414
3.5. O princípio do promotor natural	415
3.6. O Chefe do Ministério Público	416
3.7. Funções institucionais do Ministério Público	416

3.8. Conselho Nacional do Ministério Público	419
Capítulo 9 — A ADVOCACIA	421
1. Disposições gerais	421

Parte 7

A DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Capítulo 1 — O ESTADO DE DEFESA E O ESTADO DE SÍTIO	425
1. Introdução	425
2. O estado de defesa	427
3. O estado de sítio	428
4. Disposições comuns	430
Capítulo 2 — DAS FORÇAS ARMADAS	431
1. Disposições gerais	431
Capítulo 3 — DA SEGURANÇA PÚBLICA	433
1. Introdução	433
2. Polícias da União	434
3. Polícias estaduais	434
4. Guardas municipais	435

Parte 8

TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

Capítulo 1 — SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	437
1. Os tributos e suas espécies	437
2. Capacidade contributiva	438

3. Lei complementar	440
4. Empréstimos compulsórios	441
5. Contribuições sociais	442
Capítulo 2 — DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR	443
1. Introdução	443
2. Princípio da legalidade	443
3. Princípio da igualdade tributária	444
4. Princípio da irretroatividade da lei tributária	444
5. Princípio da anterioridade	445
6. Princípio da proibição de tributos com efeito confiscatório	447
7. Princípio da proibição de limites ao tráfego de pessoas ou bens	447
8. Princípio da uniformidade	447
9. Princípio da não-discriminação tributária, em razão da procedên- cia ou destino dos bens	447
10. As imunidades tributárias	448
Capítulo 3 — DOS IMPOSTOS	449
1. Impostos da União	449
2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	449
3. Impostos dos Municípios	450
Capítulo 4 — REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBU- TÁRIAS	451
1. Disposições gerais	451
Capítulo 5 — FINANÇAS E ORÇAMENTO	454
1. Normas gerais	454
2. Orçamento	455
2.1. Orçamento anual	455
2.1.1. As categorias de programação	457
2.1.2. Princípios orçamentários	457
2.2. Lei de diretrizes orçamentárias	460
2.3. Plano plurianual	460
2.4. Processo legislativo das leis orçamentárias	461
3. Emenda Constitucional n. 56/2007	463

Parte 9

ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA

Capítulo 1 — A ORDEM ECONÔMICA	465
1. A constitucionalização da economia	465
2. Fundamentos da ordem econômica	466
2.1. Livre iniciativa	466
2.2. Valor social do trabalho humano	468
3. Princípios da ordem econômica	468
3.1. Soberania nacional	469
3.2. Propriedade privada e função social da propriedade	469
3.3. Livre concorrência	470
3.4. Defesa do consumidor	471
3.5. Defesa do meio ambiente	472
3.6. Redução das desigualdades sociais e regionais	472
3.7. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte	472
4. Intervenção estatal na economia	473
4.1. O Estado como agente econômico	473
4.2. O Estado como agente normativo e regulador da economia	475
4.2.1. A função de fiscalização	476
4.2.2. A função de incentivo	476
4.2.3. A função de planejamento	477
 Capítulo 2 — DA POLÍTICA URBANA	 478
 Capítulo 3 — DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA	 480
1. Fundamentos da política agrícola e fundiária	480
2. A função social da propriedade rural	480
3. O planejamento agrícola	481
4. A reforma agrária	482

Parte 10

ORDEM CONSTITUCIONAL SOCIAL

Capítulo 1 — A ORDEM SOCIAL	483
--	------------

1. Princípios gerais	483
2. Seguridade social	484
2.1. A saúde	485
2.1.1. O princípio do acesso universal e igualitário	486
2.1.2. O Sistema Único de Saúde	486
2.1.3. O fornecimento de remédios	488
2.2. A previdência social	489
2.3. A assistência social	490
3. A educação na Constituição Federal	490
3.1. A educação e sua organização jurídica	491
3.2. Educação e princípios informativos	492
3.3. A iniciativa privada	495
3.4. Receitas vinculadas	495
4. Desporto	499
5. Direito à cultura	501
5.1. Patrimônio cultural e meio ambiente cultural	502
6. A proteção das pessoas portadoras de deficiência	502
7. O regramento da comunicação social	507
8. A proteção constitucional do meio ambiente	512
9. A proteção da família, da criança, do adolescente e do idoso	517
10. A proteção constitucional dos índios	520
<i>Bibliografia</i>	525
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	537